

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino



XIX CONSIND

SINDICALISMO BRASILEIRO:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO PÓS-GOLPE

DELIBERAÇÕES FINAIS

SUMÁRIO

PROGRAMAÇÃO XIX CONSIND	4
XIX CONSIND	5
Regimento Interno.....	5
PONTOS PARA UMA AVALIAÇÃO DE CONJUNTURA	8
Em direção a um mundo multipolar, mais disputas e mais conflitos	8
A crise do neoliberalismo de 2007: economia patina ainda à espera de uma nova síntese.....	9
Na América Latina e no Caribe, a nova restauração conservadora.....	10
No Brasil, um golpe para as reformas e as reformas do golpe	11
OS ATUAIS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL E O PAPEL DA CONTEE	14
1 – A conjuntura política e o retrato do ensino privado do país.....	14
2 – Os desafios da contee na atual conjuntura	16
3 - Dirigentes qualificados e entidades mais fortes	18
4 – A deslegitimação da reforma trabalhista e a terceirização da atividade fim	18
5 – Por um sindicalismo livre, autônomo e de luta	19
6 - Centros de referência sindical.....	21
7- Comitês de resistência e fortalecimento da frente brasil popular	22
8 - Justiça fiscal.....	22
9 – Plano de lutas da Contee	23
POR UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA, TRANSFORMADORA E CIDADÃ	25
GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: CONSTRUINDO A UNIDADE E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES	32
A ofensiva imperialista, o colonialismo do século XXI.....	33
Resistência na América Latina e no Caribe	34
Referências:	37
DECISÕES DA PLENÁRIA	38
Ações nacionais	38
Cenário internacional	39
Campanhas e comunicação.....	39
Organização sindical.....	40

Questões jurídicas.....	41
Educação	41
NOTA DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA E DE SOLIDARIEDADE AO PT DE FLORIANÓPOLIS	43
MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE E APOIO À OCUPAÇÃO DE DIREITO A MORADIA DO POVO SEM MEDO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	44
MOÇÃO DE AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS DOS (AS) TRABALHADORES (AS) COM DEFICIÊNCIA	45
DIRETORIA GESTÃO 2016 / 2020	47

PROGRAMAÇÃO XIX CONSIND ---

BRASÍLIA / DF

DIAS 29 E 30 DE SETEMBRO E 01 DE OUTUBRO DE 2017.

Dia 29 de setembro

11h às 16h: Credenciamento.

14h às 16h: Mesa de Abertura:

Presidentes: Contee, Proifes, UNE, CNTE, CUT E CTB.

Apresentação da Campanha: Desprofissionalização do (a) professor (a)

16h às 16h30: Aprovação do Regimento.

16h30: Intervalo

17h às 20h: Mesa 1 – “A conjuntura nacional e internacional e o enfrentamento da crise”.

20h: Jantar

Dia 30 de setembro

9h às 12h: Mesa 2 – “A Contrarreforma trabalhista: Impactos e resistência política”.

12h às 14h: Almoço.

14h às 17h: Mesa 3 – “A Contrarreforma trabalhista: Limites e possibilidades Jurídicas”.

17h: Intervalo

17h30 às 20h: Mesa 4 – “Os retrocessos na educação brasileira e a organização da Conape”.

20h: Jantar.

Dia 01 de outubro

09 às 12h: Plenária final e encerramento do XIX Consind.

XIX CONSIND

**XIX CONSELHO SINDICAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – Brasília / DF
29 e 30 de setembro e 01 de outubro de 2017.**

“Sindicalismo brasileiro: desafios e perspectivas no pós-golpe”

REGIMENTO INTERNO

I – DA CONVOCAÇÃO

Art. 1º – O XIX Conselho Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, XIX CONSIND, é convocado nos termos dos Estatutos e da Diretoria Plena da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - Contee.

II – DA SEDE E DURAÇÃO

Art. 2º - O XIX CONSIND realiza-se entre os dias 29 de setembro e 01 de outubro de 2017 em Brasília / DF.

III – DOS OBJETIVOS

Art. 3º - O XIX CONSIND deve analisar, discutir e posicionar-se quando sobre questões constantes no edital de convocação e na programação detalhada.

IV – DO TEMÁRIO

Art. 4º - O XIX CONSIND contará com os seguintes temas:

1. Conjuntura Nacional e internacional;
2. Educação e Trabalho - Balanço de lutas e perspectivas;
3. Encaminhamentos.

V – DA PROGRAMAÇÃO

Art. 5º- A programação do XIX CONSIND encontra-se de forma detalhada, juntamente aos demais documentos do XIX CONSIND.

VI – DA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO

Art. 6º - O XIX CONSIND é promovido e organizado pela Contee, através de sua diretoria, com a colaboração de seus assessores e funcionários, sendo

instalado e dirigido sob a coordenação de uma mesa diretora, formada pela Diretoria Executiva da Confederação.

§1º Após a sessão de abertura será discutido e aprovado o Regimento Interno.

Art. 7º - À Mesa diretora cabe conduzir as sessões plenárias, fazer cumprir este regimento, adotar todas as medidas atinentes ao bom desenvolvimento dos trabalhos, resolver as questões de ordem, apurar as votações e declarar resultados.

§1º A Mesa Diretora solicitará a identificação dos (as) representantes inscritos (as).

§2º Os componentes da Mesa Diretora não podem interferir nos assuntos em debate, a não ser para esclarecimentos, nem tão pouco interromper quem estiver no correto uso da palavra, dentro das normas regimentais.

§3º Os componentes da Mesa Diretora, que desejarem debater qualquer assunto em pauta, só poderão fazê-lo quando devidamente inscritos.

§4º A Mesa diretora pode cassar a palavra do/a orador/a que se exceder no tempo fixado.

VII – DOS PARTICIPANTES E DO CREDENCIAMENTO

Art. 8º - O XIX CONSIND é constituído pelos componentes da Diretoria Plena, representantes das Federações e de todos os Sindicatos filiados e credenciados nos termos dos Estatutos, do Edital de Convocação publicado em 12 de maio de 2017, no Diário Oficial da União, Seção 3, Nº 90, página 149.

§1º O início do credenciamento ocorre às 10 horas do dia 29 de setembro.

- a)** Dos (as) Representantes: término: 18 horas.
- b)** Dos (as) Suplentes: início: 18 horas e término: 19 horas. Os (as) suplentes somente poderão ser credenciados antes desse horário mediante declaração por escrito, do/a representante/a titular ou do/a responsável pela representação da entidade.
- c)** Dos convidados e observadores – Os (as) convidados (as) e observadores (as) serão credenciados (as) no mesmo horário previsto para o credenciamento dos (as) representantes e serão credenciados (as) com crachá de identificação específico.

Art. 9º - Neste XIX Consind, todo (a) representante teve a sua inscrição custeada pela Contee, dá-lhe direito a hospedagem, alimentação, estrutura e materiais do evento.

VIII – DAS PLENÁRIAS E TRABALHOS

Art. 10 - Os (as) representantes se reunirão em plenárias, nos horários estabelecidos, havendo uma mesa coordenadora dos trabalhos, cuja

composição será indicada pela Diretoria Executiva da Contee.

§1º - Compõem as Plenárias: Exposição, debates e quando necessárias, as deliberações sobre os temas tratados no XIX CONSIND.

§2º - Nas plenárias os (as) representantes que usarem da palavra terão 05 (cinco) minutos para a intervenção.

Art. 11 - Caberá à Mesa diretora, no que couber, antecipadamente às votações, ler e sistematizar as propostas, de tal forma que apresente para deliberação da plenária as propostas comuns e divergentes.

Art. 12 - Só será admitido, se impetrado, recurso de votação com a anuência da maioria absoluta dos (as) representantes credenciados (as) no CONSIND.

Art. 13 - As apurações das votações serão por contraste, mediante a apresentação dos crachás, processo que poderá ser repetido, e, quando necessária, a apuração dar-se-á por contagem individual dos votos.

Art. 14 - Nas plenárias, questões de ordem e de encaminhamento poderão ser solicitadas, por qualquer representante, desde que sejam apresentados antes do início do processo de votação.

Art. 15 - As moções deverão ser apresentadas por escrito à Mesa Diretora, até às 12 horas do dia 30 de setembro, e subscrita por, pelo menos, 10% dos (as) representantes credenciados (as).

Art. 16 - A Diretoria da Contee elaborará, divulgará e encaminhará, a todas as entidades filiadas, um relatório final no qual constarão as decisões aprovadas no XIX CONSIND.

Art. 17 - Todos os itens aprovados nas Plenárias do XIX CONSIND e que não contrariam deliberações congressuais, têm caráter de decisão para a Confederação, comprometendo-se os membros da Diretoria da Contee a lavrá-los em atas, bem como a implementá-los.

Brasília, 29 de setembro de 2017.

PONTOS PARA UMA AVALIAÇÃO DE CONJUNTURA

Em direção a um mundo multipolar, mais disputas e mais conflitos

Um mundo em transição. À supremacia quase absoluta construída pela universalização dos preceitos do neoliberalismo, pelo ocaso político causado pela queda do muro sucedeu-se um declínio relativo dos superpoderes dos EUA. São elementos desse processo a criação de novos polos de poder nos campos político, econômico, diplomático, militar; a resistência dos povos aos preceitos do paradigma do Consenso de Washington; as resultantes da crise de 2007; uma nova rodada de experiências de governos populares e democráticos em várias partes do mundo; o protagonismo econômico e político da China; uma recuperação do poder nacional na Rússia e na Índia; a formação dos BRICS, onde Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul atuam em conjunto por construções alternativas; entre outros.

As crises que desconstruíram a supremacia absoluta dos EUA podem ser vistas por diversas fases que vão do seu estremo endividamento público e privado; da sua desindustrialização; da sua menor participação no comércio mundial; das dificuldades de manter a sua hegemonia na exportação e na atração de capitais; na incapacidade de equacionar os seus crescentes problemas sociais, a concentração da renda e o crescimento da pobreza.

Os novos papéis assumidos pela China, especialmente pelos seus destaques nas áreas econômicas e políticas, e da Rússia, que resgata a sua importância nas disputas internacionais, em contraponto aos EUA e à sua intervenção do oriente médio e no leste europeu, contribuem para a construção desse novo cenário mundial.

A União Europeia, sob domínio econômico alemão, não conseguiu equacionar uma saída diferenciada para a crise de 2007. Com medidas que privilegiaram a recuperação do sistema financeiro, produziu grandes endividamentos públicos, mais concentração de renda, mais desemprego e queda da participação dos salários nas rendas nacionais. Nesse caminho, pequenos crescimentos econômicos alcançados recentemente não devolvem o horizonte social destruído pela crise. A saída da Grã-Bretanha e o crescimento de posições

políticas em oposição à permanência no bloco são evidências dessas dificuldades, que se ampliam.

Essas mudanças agudizam conflitos. A defesa dos interesses do neoliberalismo pelos EUA e seus aliados fomenta crises e guerras. Valem-se da militarização e do monopólio midiático, construindo uma ofensiva contra os direitos e a soberania dos povos e das nações; com novas modalidades de golpe institucionalizados instituem nítidos processos intervencionistas. E, em consequência, cresce a expropriação das riquezas naturais e forma-se um exército de refugiados e expatriados, promove-se um massacre de povos e dos direitos civis, destroem-se economias e avolumam-se a miséria, o desemprego e as fragmentações territoriais.

A crise do neoliberalismo de 2007: economia patina ainda à espera de uma nova síntese

Há dez anos, em setembro de 2007, o Tesouro interveio nas gigantes do setor hipotecário Fannie Mae e Freddie Mac. Logo em seguida, o quarto maior banco de investimentos dos EUA, o Lehman Brothers, anunciou concordata. Era o início da crise que se generalizou em 2008, uma das mais longas e mais graves, comparável às de 1873 – conhecida como a Longa Depressão, que durou mais de 20 anos; e 1929 – a chamada Grande Depressão.

Embora tenha sido causada principalmente pela desregulação da economia e dos mercados financeiros, pela criação de mecanismos para obtenção de superlucros, de uma acumulação sem igual de riquezas e de uma expropriação descomunal da riqueza produzida, as maiores economias apostaram em soluções de não-ruptura com os preceitos do neoliberalismo. Emitiram moedas e salvaram a banca, deixando aos países maiores dívidas e aos trabalhadores um nível recorde de desemprego, reestruturação produtiva com queda da renda e perda de direitos.

Essas soluções, que aprofundaram as políticas neoliberais, naturalmente não foram suficientes para recolocar a economia no ritmo de crescimento. Permitiram o aumento do lucro das empresas e a felicidade dos rentistas, mas não equacionaram os problemas sociais agudizados pela crise.

A cada crise do neoliberalismo, vai ficando mais evidente a sua oposição à democracia e a qualquer projeto que respeite os direitos e anseios da maioria

da população. Não é por acaso que esse modelo é mundialmente conhecido como o representativo dos 0,1% mais ricos da sociedade. Também não é por acaso que crescem sentimentos antagônicos à representação política, à participação nas eleições e até em outros espaços processos democráticos.

Na América Latina e no Caribe, a nova restauração conservadora

Após a virada do milênio, cresceu na América Latina a oposição aos projetos subalternos definidos pelo consenso de Washington e na maior parte dos países foram eleitos governos com pensamentos e programas alternativos, que buscavam crescimento com distribuição de renda; mais espaços soberanos para o desenvolvimento de suas políticas. Primeiro na Venezuela (1998) e depois em 12 países forças populares, em maior ou em menor grau, chegaram ao poder pelo voto.

A negação ou contraposição de políticas emanadas dos EUA permitiram avanços para os povos (ampliação dos direitos sociais, redução da miséria e a formalização do emprego e crescimento das rendas do trabalho) e para as nações (instrumentos de soberania e de integração regional, nacionalização de recursos naturais).

Desde 2009, em Honduras, a América Latina vive medidas de uma restauração conservadora, visando devolver esse território ao quintal dos interesses estadunidenses. O controle sobre a informação e a promessa de reversão dos ganhos democráticos e sociais encantou setores das burguesias locais com promessas de maiores rendas.

Sucederam-se crises políticas e econômicas, que resultaram em golpes ou enfraquecimento dos governos progressistas e nacionalistas no Paraguai, na Argentina, na Bolívia, no Brasil, na Venezuela.

Foram ao todo, criados novos marcos para a correlação de forças na região. Mas, como antes, as novas formações políticas, excludentes e divorciadas dos interesses nacionais, suas prioridades e suas políticas em nada equacionam os problemas da maioria da sociedade: crescem a concentração de renda, o desemprego e a miséria. É, nesse quadro, com maiores dificuldades políticas, mas com maiores contradições sociais e econômicas, que os desafios se colocam para as forças progressistas, democráticas e populares.

No Brasil, um golpe para as reformas e as reformas do golpe

Uma das primeiras medidas do governo golpista, para consolidar o seu projeto, foi a imposição de um limite para gastos públicos. A medida, que recusou qualquer controle sobre os gastos financeiros, visou pavimentar a reorientação política de exclusão do povo e de seus direitos do orçamento público.

A consolidação desses limites quer deixar manifesta a obrigatoriedade de revisão dos gastos com previdência, educação, saúde, políticas assistenciais e ainda inibem a capacidade do estado de prover a infraestrutura necessária à produção e ao desenvolvimento social.

Além de ser a porta de todas as demais reformas protagonizadas por esse governo usurpador, esses limites determinam a privatização de serviços públicos e de empresas. Mantidas as regras do teto, demandas presentes e futuras relacionais a saúde, educação, previdência, infraestrutura, segurança pública entre outros, não poderão ser atendidas pelo setor público. Cria-se um reserva de mercado para o setor privado. E, para sacramentar os interesses do grande mercado financeiro, ainda destroem diversos instrumentos importantes para a construção de um projeto soberano nacional de desenvolvimento.

A segunda reforma foi a trabalhista. Moldada pelos interesses exclusivos do capital, a reforma privilegia a descaracterização e a informalidade das relações de trabalho, a individualização dos regramentos que ainda restarem, a exclusão do direito de acesso à justiça do trabalho, o descontrole da jornada e do tempo colocado à disposição do empregador, enfim à diminuição do custo do trabalho, utilizando-se dos mais diversos instrumentos.

A reforma da previdência e da assistência social, ainda em tramitação, visou diminuir as obrigações do estado na garantia de direitos dos trabalhadores e das parcelas mais pobres da sociedade. Uma inominável reforma que pretende afastar de seus direitos previdenciários quase 40% dos trabalhadores segurados. E, na incapacidade de aprovar essas reformas, o governo promove, sob a alcunha de recadastramentos, verdadeiras exclusões nos direitos trabalhistas, previdenciários e assistenciais.

É nesse contexto, que um governo composto por corruptos ou por pessoas orientadas aos interesses privados se dirige a uma política de privatizações. Empresas, prestação de serviços, tudo é colocado à venda e à desnacionalização.

Vale ressaltar que essas políticas, todas em execução, em maior ou menor grau, não evitaram a maior deterioração das contas públicas que se tem notícia.

O governo Temer acumula o maior descontrole fiscal da história recente do país. Agora em setembro foram aprovadas alterações nas leis de diretrizes orçamentárias de 2017 e 2018. Nelas, o governo avisa que vai ampliar o déficit público em mais de 200 bilhões até 2020. O atual desbalanço entre receitas e despesas não é representativo de uma opção pelos programas e direitos sociais. Muito menos corresponde a políticas adotadas para o país sair crise. Nem de longe.

Além do alto custo de comprar parlamentares para salvar o governo de investigações, os problemas fiscais do país resultam da opção dos golpistas por negar qualquer ajuste que importe em tributação dos que mais ganharam na crise ou mesmo daqueles que nunca foram tributados a contento. Adotam políticas que incentivam uma sonegação sem fim. E querem fazer todos os ajustes pelo corte de benefícios e direitos, pela precarização dos serviços e pelos negócios gerados pelas privatizações.

A luta dos democratas e do conjunto dos trabalhadores: resistir ao “mais do mesmo” e construir uma antítese, rumo a um projeto nacional de desenvolvimento com crescimento e distribuição da renda, combate às desigualdades sociais e regionais, soberania e defesa dos interesses nacionais

O Brasil precisa recuperar a democracia. E essa Jornada está intrinsicamente ligada à negação da agenda antidemocrática e antipopular, de desconstrução de direitos civis e sociais elaborada e defendida pelos 0,1% de rentistas e de grandes proprietários da sociedade que dirige esse governo. Também está relacionada à construção de uma agenda concreta pelo crescimento econômico, pela redução das desigualdades sociais e regionais, pelo aumento da participação dos salários na renda nacional e pela diminuição da jornada de trabalho.

Não há saída sem uma ampla mobilização social. A mobilização política do povo é decisiva para se reverter a correlação de forças hoje ainda desfavorável ante a ofensiva conservadora. É preciso recuperar a confiança de vastas parcelas da sociedade que desejam construir um futuro de desenvolvimento econômico e social para o nosso país. Parte desses segmentos deixaram de votar nas forças da esquerda em 2014 e 2016, mas precisam ser convocadas para vencer o atraso.

É preciso agregar amplos segmentos sociais e econômicos nesta tarefa. Precisamos de um programa que restabeleça o diálogo e apresente soluções para temas variados. Que aponte a incapacidade do modelo de exportação de bens primários

de equacionar as demandas por um país mais justo. Que retome a possibilidade de desenvolvimento soberano com distribuição de renda e inclusão social. Que aponte a necessidade de reformas, como a tributária, para estabelecer justiça fiscal, e reformas sociais que alcance as esferas urbana, agrária, da saúde e da educação e, no plano da sociedade, a democratização dos meios de comunicação, como medidas decisivas para se conformar a base social necessária a esse intento.

É preciso uma mensagem em prol da valorização do trabalho e dos direitos sociais, fatores determinantes do desenvolvimento. Medidas para a elevação da renda do trabalho e da massa salarial; política institucionalizada de valorização do salário-mínimo e garantia da aposentadoria digna; a liberdade de organização sindical dos trabalhadores; direitos iguais para as mulheres trabalhadoras; entre outras, promovem espiral virtuosa envolvendo renda, estímulo ao consumo, demanda de crédito popular, maior demanda agregada para o campo da indústria, agricultura e serviços, e maior arrecadação e orçamento da União, dos estados e municípios.

É preciso superar a crise com crescimento econômico, com uma rota sustentável. Restabelecer a capacidade de indução e planejamento do Estado, elevar a taxa de investimento na economia. Valer-se das reservas internacionais e garantir fortes investimentos em infraestrutura, que elevam a competitividade brasileira, e investimentos sociais que elevam o índice de desenvolvimento humano, também compreendidos como parte da estratégia de desenvolvimento.

Um projeto de desenvolvimento precisa aproveitar corretamente potenciais como a cadeia produtiva do petróleo e gás, biocombustíveis, indústria química e petroquímica, da saúde, a construção civil, a agropecuária. As estatais e os bancos de fomento devem ser fortalecidos para que possam cumprir as tarefas que se colocam.

Essa nova política macroeconômica precisa expandir e sustentar os investimentos em infraestrutura e inovação, reduzir a taxa real de juros, controlar o endividamento público a partir da redução dos gastos com juros e defender, com a moeda, um justo padrão de trocas internacionais.

O país precisa ter capacidade de adotar políticas anticíclicas quando necessário, bem como fazer face à situação crítica das contas dos estados e municípios. Necessitamos de uma reforma tributária progressiva, com taxaçoão sobre grandes fortunas, patrimônio e riqueza.

As próximas eleições serão um palco importante para esses debates. Rumo a 2018, desde já construindo um país mais justo, um país para todo o povo brasileiro.

Gilson Luiz Reis

OS ATUAIS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL E O PAPEL DA CONTEE

1 – A CONJUNTURA POLÍTICA E O RETRATO DO ENSINO PRIVADO DO PAÍS

Há anos, o Brasil convive com um processo crescente de privatização do sistema educacional que se alastra em todos os níveis, com ênfase no ensino superior.

Esse fenômeno vem se tornando mais evidente no atual governo ilegítimo que se arrasta há mais de um ano e cujas ações, em praticamente todas as áreas, estão preferencialmente direcionadas para o mercado.

Trata-se do governo mais impopular da história do país, inclusive se comparado às administrações da República Velha. Seu objetivo estratégico é atender os interesses sempre crescentes e incontroláveis do mercado. A maior prova disso são as medidas que visam acelerar os processos de privatização e desregulamentação em todas as áreas. Infraestrutura, recursos minerais, terras e outros patrimônios essenciais à soberania do país estão sendo alienados de forma criminosa e submetidos à ganância do grande capital, especialmente dos grupos estrangeiros com elevado poder financeiro.

A bolha que explodiu no coração do império americano no final da década passada produziu capitais de natureza especulativa em todas as partes do mundo que, até hoje, estão buscando morada nos países que melhor remuneram, seja pelo caminho do endividamento público, das privatizações camufladas de concessões ou das desregulamentações dos mercados nacionais.

O Estado brasileiro, há anos – e, agora, notadamente, com o atual governo – tornou-se refém dessa lógica do capital financeiro internacional, seja ostentando uma das mais elevadas taxas de juros reais do mundo, seja disponibilizando o patrimônio público, seja permitindo e, até, incentivando o ingresso desses capitais para assumir o controle de distintos segmentos econômicos, preferencialmente, os mais lucrativos, através da formação de monopólios, cartéis e oligopólios.

Com isso, está em processamento uma mudança profunda na estrutura econômica e produtiva nacional com identificação clara de três fenômenos, quais sejam:

1 – a desindustrialização da economia.

A indústria, na década de 80, em razão de quase 50 anos de crescimento econômico ininterrupto que nos livrou de uma economia agrário-exportadora, chegou a responder por 30% do PIB nacional. Atualmente, esse índice não chega a 15%.

2 – a monopolização do mercado.

Com as privatizações iniciadas na década de 90, impulsionadas pela devastação neoliberal que atingiu o Brasil e toda América Latina, e as políticas adotadas nos sucessivos governos, à exceção de alguns períodos que estiveram sob a gestão do Partido dos Trabalhadores, o processo de formação de monopólios, cartéis e oligopólios se deu de forma acelerada, com a eliminação ou subjugação os concorrentes nacionais em diversos setores da economia brasileira.

3 – a financeirização da economia.

Os capitais que se deslocaram para o Brasil e aqui se constituíram estão cada vez mais associados e controlados pelos bancos e o setor financeiro em razão da supremacia desse setor na economia mundial.

Esses processos e fenômenos chegaram também à educação no Brasil, com o incentivo ao setor privado e à constituição de monopólios com predominância no setor financeiro, sem nenhum compromisso com o ensino de qualidade e a formação de profissionais para um projeto de desenvolvimento nacional. A lógica desses grupos, como tem ficado evidente no segmento superior da educação, é o lucro crescente. Basta ver a deformação do FIES e de outros programas que surgiram impulsionados pela vertiginosa demanda de acesso ao ensino superior.

Recentemente, as instituições privadas de ensino superior alegaram que estavam travadas as renovações de matrículas e que quase 2 milhões de alunos encontravam-se com matrículas irregulares.

A atitude, prontamente receptiva pelo atual governo golpista do sr. Temer, nada mais era do que uma chantagem de um segmento econômico que conquistou lucros exorbitantes ao longo dos últimos anos e que buscava mais benefícios. Daí surgiu a Medida Provisória 476, que institui uma reforma no ensino médio com sua pouca ou nenhuma preocupação em garantir o acesso à escolaridade a quem precisa. De outro, a transformação de um programa como o Fies em mera garantia de lucro ao setor privatista, como já denunciado pela Contee e

outras organizações.

Esse caso envolvendo o ensino superior é apenas uma das facetas do nefasto processo de privatização da educação, alvo da campanha “Educação não é mercadoria”, da Contee, e tema do livro “O capital global na educação brasileira” que desnuda esse processo que cada vez mais afeta também a educação básica.

A própria reforma do ensino médio pretendida por esse governo via MP escancarou ainda mais as portas tanto para justificar uma presença intensiva e ostensiva do setor privado no ensino público, através da possibilidade de crescimento das parcerias público-privadas, quanto para permitir que as escolas particulares elevem suas mensalidades sem precisar assegurar direitos a professores e técnicos administrativos. Sem falar que, novamente, demonstra o menosprezo do governo pelo direito à educação, uma vez que, ao criar o ensino integral sem qualquer sustentabilidade e acabar com o ensino médio noturno para os que têm até 17 anos, tira a oportunidade de acesso dos mais necessitados.

A luta contra a mercantilização, financeirização, oligopolização, desnacionalização e todas as diferentes formas de privatização da educação brasileira é uma das bandeiras mais primordiais da Contee, que deve continuar protagonizando, ao lado de outras organizações da sociedade, a luta em defesa de uma educação de qualidade, democrática e, acima de tudo, comprometida com um projeto de desenvolvimento com justiça e soberania, o que não se fará pelo caminho, percorrido avidamente pela atual administração, da desregulamentação do ensino privado e o desmonte da educação pública em todos os níveis, muito pelo contrário.

2 – OS DESAFIOS DA CONTEE NA ATUAL CONJUNTURA

A conjuntura nos desafia à presença cada vez mais qualificada das entidades do movimento social no cenário político, econômico e social do país.

O próximo período será marcado entre os que acreditam nas cantilenas do neoliberalismo, diuturnamente propagadas nas telas da grande mídia como solução para os problemas nacionais e os que buscam a defesa da democracia e dos direitos flagrantemente atingidos pelas chamadas “reformas”, que

nada mais são do que processos de desmonte do Estado nacional e desregulamentação da economia brasileira.

O desmonte da CLT e da Previdência Pública, a submissão do Orçamento da União aos interesses do setor financeiro e o recrudescimento das privatizações do patrimônio público representam o tripé sustentado pelo governo golpista a soldo do mercado.

Objetivo subjacente dessa política é o desmonte das organizações sindicais laborais que, via de regra, sempre representaram um obstáculo aos interesses mercantilistas, mesmo aquelas mais conservadoras, razão pela qual os sindicatos de base, especialmente, ocupam um posto de destaque, podendo e devendo ser protagonistas no atual cenário político nacional, desde que tenham capacidade de responder com rapidez e eficiência às demandas de seus representados.

O desafio é conceber e executar projetos sólidos sempre conectados com os trabalhadores, de forma a agrega-los e de desenvolver uma consciência coletiva e de classe quanto aos seus interesses crescentemente opostos à ganância dos grupos privados.

Nossa tarefa é descobrir novos caminhos, disputar as mentes e corações e construir mudanças substanciais no meio em que vivemos. A relação entre a Confederação e as entidades filiadas deve ser mais consequente ainda e com base nas boas experiências para a construção de um sindicalismo que valorize a adesão dos trabalhadores, sua inserção na luta de resistência e pela democracia.

Nesse sentido, é fundamental a aliança do movimento sindical com o conjunto dos movimentos sociais para o fortalecimento de um projeto que amplie direitos e sustente as conquistas. É preciso e indispensável construir nossa Confederação enquanto instrumento catalizador dos debates e definição das estratégias a serem implementadas, que enfrente de forma consequente a crescente mercantilização da educação e a tendência de maior precarização das condições de trabalho com aviltamento dos salários. Frente a um patronato cada vez mais organizado e um governo à serviço do capital, necessitamos de uma Contee cada vez mais de luta e comprometida com a organização sindical. Linha estratégica para o próximo período é a reafirmação do nosso compromisso com os trabalhadores em educação do ensino privado - técnicos e administrativos e professores.

3 - DIRIGENTES QUALIFICADOS E ENTIDADES MAIS FORTES

É fundamental que a Confederação oportunize espaços de discussão para que se pense o futuro das nossas organizações de base. Além dos desafios conjunturais, a expectativa das categorias é de que seus representantes estejam preparados e em condições de responder às atuais demandas e situações surgidas. Para atender com êxito, capacidade e força às exigências e desafios cada vez maiores, faz-se necessário uma revisão das nossas práticas, modos de organização, estruturas, linguagens. Existir sem representatividade será impossível no atual cenário que está se desenhando contra o qual devemos lutar e resistir. Não haverá espaço para aventuras e artificialismos. Para tanto, reafirmar os princípios da autonomia e liberdade sindical é fundamental.

O próximo período será decisivo para o futuro do nosso país e para a educação. A definição da educação como instrumento estratégico para o efetivo desenvolvimento é estratégica. Lutar pela implementação do PNE com 10% do PIB é não perder essa histórica oportunidade.

Outra tarefa deve ser a da realização de nova e poderosa e eficiente campanha nacional que denuncie a mercantilização, suas práticas e efeitos para a qualidade da educação.

4 – A DESLEGITIMAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA E A TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE FIM

As lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país conquistaram inúmeros direitos e, ao longo do tempo, as entidades sindicais se constituíram em interlocutoras dos interesses coletivos daqueles e daquelas que vivem do trabalho.

Esse patrimônio, entretanto, está seriamente ameaçado por um governo golpista e sua base política e parlamentar aliada, comprometida especialmente com os interesses dos banqueiros e rentistas.

A “reforma” trabalhista deve ser persistentemente denunciada e deslegitimada socialmente, da mesma forma que a Lei da Terceirização da Atividade Fim cujas consequências são extremamente danosas para os trabalhadores em geral, com graves reflexos na atividade docente e na qualidade da educação.

A Contee deve, junto com a CUT, demais centrais comprometidas com a luta sindical e os movimentos sociais realizar a coleta de mais de 1,5 milhões de assinaturas para exigir a aprovação de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, lançado no dia 7 de setembro, que tem por objeto a revogação dessas leis que escravizam o trabalhador. Trata-se de um movimento importante como instrumento de conscientização e mobilização para barrar a sua implementação.

No campo jurídico e institucional, a nossa Confederação deve participar de uma ampla frente jurídica para contestar nos tribunais as tentativas de aplicação da reforma.

Além disso, devemos desenvolver um amplo trabalho de denúncia de todos os políticos, especialmente os parlamentares federais, que traíram os trabalhadores ao aprovar o desmonte de seus direitos e conquistas. Devemos mobilizar e conscientizar cada vez mais os nossos professores e técnicos e administrativos da educação privada brasileira na tarefa de deseleger os golpistas que aprovaram a “reforma” trabalhista através de campanhas, abaixo-assinados, audiências públicas, denunciando alertando suas bases eleitorais e população em geral para que NUNCA MAIS VOTEM NELES.

O risco da reeleição dos golpistas continuará representando uma ameaça aos direitos presentes na Constituição da República, em especial aos dispostos no art 7º, pois as vozes mais conservadoras consideram que as “reformas” aprovadas até o momento são insuficientes para atender os reais interesses do capital. A melhor e mais efetiva Campanha Salarial será não permitir que se legitimem nas urnas no próximo ano.

5 – POR UM SINDICALISMO LIVRE, AUTÔNOMO E DE LUTA

As entidades sindicais comprometidas com os interesses e direitos dos trabalhadores nasceram da crítica à estrutura oficial, organizando sua palavra de ordem original em defesa da liberdade e autonomia sindical. Sempre defendemos um sindicato organizado pela base, democrático, autônomo em relação ao Estado e ao Capital, com trabalhadores livres para definirem suas formas de organização sindical e de autossustentação financeira.

Essa perspectiva se enriqueceu ao longo de mais de três décadas de luta. Mais do que democrático, o sindicalismo precisa ser transparente, participativo,

promover a igualdade entre homens e mulheres, combater e superar o racismo e a discriminação em todas as suas formas. Deve incluir em sua agenda e nas suas lutas, com especial atenção, os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora, seja por estarem submetidos a relações de trabalho mais precárias ou informais, seja por sua condição etária, de orientação sexual, raça, etnia ou deficiência. Aprendemos que o sindicalismo é tanto mais forte quanto é capaz de articular a pauta dos trabalhadores e trabalhadoras com a do conjunto da população e nesse processo forjar alianças e unidades com os movimentos sociais e populares.

Apesar das mudanças dos últimos treze anos que ampliaram a capacidade de organização e protagonismo político, a exemplo do histórico reconhecimento das centrais sindicais na legislação brasileira, o sindicalismo mantém, em muitos aspectos, uma configuração corporativa do período anterior.

A atual estrutura sindical ainda tem como principais elementos: a unicidade sindical, o sindicato organizado por categoria profissional, o imposto sindical obrigatório, o assistencialismo e o poder normativo da Justiça do Trabalho. Hoje, ela é o principal motivo da existência de uma quantidade imensa de sindicatos pulverizados, sem representação de base, cartoriais, de gaveta, totalmente apelegados e, portanto, sem qualquer papel de representação dos interesses dos trabalhadores.

Esta estrutura propiciou que sindicatos servissem como instrumentos de conciliação com o Estado e o Capital, criou mecanismos de dependência financeira através do imposto sindical e impediu que os trabalhadores pudessem se organizar com liberdade e autonomia sindical.

A pretensão do grande capital, através do desmonte de direitos trabalhistas, está direcionada claramente para a redução da capacidade de representação das organizações sindicais, motivo pelo qual nossa contraofensiva, além de resistir e buscar a revogação do desmonte da CLT, deve ser no sentido de nos preparar para reforçar nossas organizações, tornando-as mais legitimadas junto aos trabalhadores, mais organizadas, mais democráticas.

Devemos apostar na auto-sustentação financeira dos sindicatos, fazendo valer a vontade coletiva contratada nas negociações, estimulando a associação e coibindo a interferência do judiciário na organização sindical.

É fundamental também garantir o direito à organização dos trabalhadores em seus sindicatos desde seu local de trabalho, rompendo com a lógica do sindicalismo da porta pra fora. A liberdade só será possível quando as práticas anti-sindicais que penalizam e perseguem os trabalhadores e até fraudam

sua organização sejam proibidas. Por fim, só será possível a liberdade sindical quando os trabalhadores forem livres para definirem a sua forma de organização, sem interferência do princípio da unicidade sindical.

Consideramos, ainda, que a extinção da contribuição sindical compulsória, da forma como foi efetivada, sem o reconhecimento das decisões democráticas coletivamente definidas pelas categorias, mantendo a unicidade, produzirá efeitos nefastos ao movimento sindical com tendências ao aprofundamento do apelegamento das estruturas sindicais, isto é, a venda de direitos dos trabalhadores em troca da sustentação financeira.

A conjuntura de ataque aos direitos e a ofensiva conservadora de criminalização aos movimentos sociais certamente não constitui o cenário ideal para avanços em favor da organização e da liberdade sindical. Porém, a adaptação não é a saída para o movimento sindical, pois leva à perda de força e legitimidade. Nesse sentido, a Contee deve sistematizar o debate sobre esses temas, organizando um Congresso Extraordinário a ser convocado até o início do próximo ano, que tenha como pauta central sua forma de sustentação financeira, seus estatutos e o ajuste de suas políticas.

6 - CENTROS DE REFERÊNCIA SINDICAL

As entidades sindicais junto com os movimentos sociais e setores organizados da sociedade civil se destacaram nas ações de resistência ao golpe, assumindo a linha de frente em defesa da democracia e do projeto político que promoveu crescimento econômico, inclusão social e fortalecimento da cidadania. Todavia, a luta de resistência levada a cabo neste último período também demonstrou as nossas fragilidades. É necessário recuperarmos os vínculos com o povo trabalhador e o ideário de um sindicalismo que nos originou. Mais do que nunca, precisamos ampliar a capacidade de atuação política canalizando todos os recursos e energia que dispomos para enfrentar essa pesada ofensiva do capital. A “reforma” trabalhista nos desafiará a repensar práticas e, em curto prazo, a otimização de estruturas e recursos. Saídas isoladas e corporativas nos aniquilarão.

Nessa perspectiva a Contee deve estimular a discussão de um novo patamar organizativo, que trate da valorização e fortalecimento da atividade sindical, otimização de recursos, unificação de estruturas, atendimento qualificados dos trabalhadores e trabalhadoras. A palavra de ordem **JUNTOS SOMOS FORTES**, além de uma

referência política e ideológica, passa a ser uma estratégia de sobrevivência para fazer frente à tentativa de nos destruir através da escassez de recursos financeiros.

Pequenos sindicatos com baixa representatividade serão insuficientes diante dos desafios conjunturais e a dinâmica do mundo do trabalho.

7- COMITÊS DE RESISTÊNCIA E FORTALECIMENTO DA FRENTE BRASIL POPULAR

O cenário do golpe é catastrófico. Políticas sociais como educação e saúde se deterioraram de forma assustadora. O apagão na segurança semeia o medo. A fome voltou a fazer parte do cotidiano do nosso povo. O desemprego já ultrapassou os 14 milhões. Outros 10 milhões estão atirados no mercado informal sem nenhuma proteção social. Os problemas sociais se agravarão, mais cedo ou mais tarde, explodirão nas localidades onde residimos, ou seja, nos municípios falidos e sem qualquer capacidade de reação

Além da tarefa de combater a implantação da “reforma” trabalhista e de impedir a aprovação do desmonte da Previdência que prevê o assalto às aposentadorias, com reflexos desastrosos para nossa categoria, temos que agregar os desempregados e as lutas decorrentes do empobrecimento e exclusão do nosso povo.

O momento exige de todos - movimentos populares e centrais e organizações sindicais comprometidas com a valorização do trabalho e justiça - um efetivo esforço de aperfeiçoamento da unidade. Para isto, precisamos implementar, local ou regionalmente, os **COMITÊS DE RESISTÊNCIA**, unificando os movimentos sociais, as forças vivas das periferias e da sociedade civil, igrejas, setores vinculados com a resistência cultural, entre outros. Essa estratégia de fortalecimento da Frente Brasil Popular deve ter prioridade para barrar a agenda do golpe e abrir os caminhos para um período que restabelecerá a democracia e revogará as “reformas” dos golpistas.

8 - JUSTIÇA FISCAL

Discutir tributação é desvendar uma das expressões dos conflitos de classes. A primeira pergunta a ser feita é: afinal, quem paga a conta do financiamento

do Estado? A defesa insistente feita pelo empresariado da redução da carga tributária esconde o interesse de desmonte do Estado social e sua substituição pelo Estado mínimo para garantir a riqueza privada. A carga tributária deve ser adequada para financiar o tipo de Estado que a sociedade queira construir, relacionada à oferta de bens e serviços públicos necessários ao atendimento dos direitos sociais. Deve ser justa com os que trabalham e produzem em nosso país, tributando principalmente os ganhos de capital, as grandes fortunas e o setor especulativo – e não a população mais pobre como ocorre atualmente.

A tributação brasileira está sustentada preponderantemente em tributos que incidem sobre o consumo e pouco expressiva sobre a renda e o patrimônio, onerando, assim, muito mais os pobres do que os ricos. Não há como prosperar qualquer proposta de desenvolvimento e de retomada do crescimento econômico com uma distribuição de riquezas que não considere a necessidade e urgência de se transferir o maior peso da tributação para as camadas mais abastadas, respeitando o princípio da capacidade contributiva, via isonomia de tratamento entre as rendas do trabalho e do capital, revogando-se a isenção do imposto de renda sobre lucros e dividendos distribuídos e os juros sobre capital próprio, regulamentando o imposto sobre as grandes fortunas e elevação da tributação sobre o patrimônio. A reforma tributária com esses pressupostos deve se constituir em pedra angular das disputas que faremos para recolocar um novo projeto de desenvolvimento para o país.

Trabalhadores de Educação em geral e do setor privado são vítimas da injustiça tributária vigente. A Contee, juntamente com às suas entidades filiadas, deve se engajar no movimento nacional por justiça fiscal e tributária, um elemento a mais de conexão das nossas entidades com suas bases representadas.

9 – PLANO DE LUTAS DA CONTEE

- 1 – Dotar políticas que definam pautas de reivindicações nacionais mínimas que orientam as negociações das entidades filiadas;
- 2 - Realizar, articuladamente com as entidades, ações que potencializem, junto a sociedade e categorias, as grandes bandeiras de luta (trabalho extraclasse, limites de alunos por turma, contra a terceirização, saúde do trabalhador, pisos)
- 3 - Qualificar os dados relativos ao setor de educação privada, construindo parceria com qualificação técnica e política para o auxílio do trabalho da direção

e das entidades filiadas.

4 - Desenvolver políticas que reforcem a representação dos Sindicatos filiados junto aos trabalhadores, apoiando a unificação de entidades e campanhas que objetivem a ampliação do percentual de sindicalização, contribuindo nas campanhas de sindicalização planejadas pelas entidades;

5 - Desenvolver políticas relativamente à gestão e sustentação financeira sindical;

6 - Lutar para a efetiva implementação do PNE aprovado e criação do sistema nacional de educação; participar do Conepe;

7 - Fortalecer a luta Contra a Mercantilização da Educação e pela regulamentação da educação superior privada;

8 - Participar das iniciativas convocadas pela Centrais no que tange a luta de resistência contra o entulho golpista, na defesa da democracia, contra a privatização do patrimônio público, por reforma tributária progressiva, reforma política e defesa da Constituição;

9 - Desenvolver políticas que reforcem a organização estudantil na educação superior privada.

Rodrigo de Paula e Amarildo Cenci

POR UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA, TRANSFORMADORA E CIDADÃ

“Contra o golpe na educação” foi o título da tese de conjuntura educacional aprovada em agosto do ano passado no 9º Congresso Nacional da Contee. No documento, incluído no Caderno de Resoluções do Conatee, apontávamos, antecipando-nos ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff — confirmado no Senado poucos dias depois do encerramento do nosso congresso —, cada um dos ataques à educação brasileira entranhados no movimento golpista e que já mostravam sua face perversa.

Infelizmente, acertamos todos os nossos prognósticos. Passados um ano e um mês da destituição da presidenta legitimamente eleita, o golpe contra a educação não apenas foi desferido, mas consolidado: na retirada de recursos públicos do setor; numa reforma do ensino médio excludente e de viés privatista; na imposição de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que contraria as discussões feitas no setor; no aparelhamento do Conselho Nacional de Educação (CNE); no desmonte do Fórum Nacional de Educação (FNE) e sua entrega aos interesses do setor econômico-financeiro; na inviabilização do cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE) e da realização da Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2018; na leniência — para não dizer conivência — do Poder Público com movimentos ultraconservadores como o Escola Sem Partido, que atacam a liberdade de cátedra e impõem seu patrulhamento ideológico dentro e fora das salas de aula; no crescimento da ingerência do capital privado sobre a educação nacional; nas “reformas” que retiram direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras, incluindo os que atuam nos estabelecimentos de ensino — e isso vai desde a terceirização desmedida, para todas as funções dentro da escola, causando prejuízos profundos tanto trabalhistas quanto no projeto pedagógico, até a desprofissionalização do magistério, contra a qual a Contee lança campanha nacional neste Consind.

Por falar em desprofissionalização da docência, aliás, é emblemático destacar dois casos recentes que, embora locais, servem de alerta. Um deles é o edital aberto em abril pela Prefeitura do município de Angelina, no estado de Santa Catarina, para a contratação de “instrutor de atividades físicas” por meio de licitação, promovendo um pregão presencial mediante apresentação de “menor preço global”, sendo que o valor para 20 horas semanais não poderia ultrapassar R\$ 1.200. Já o segundo é a denúncia, feita neste mês de setembro,

de que o governo do Espírito Santo acaba de contratar a empresa Ensina Brasil, versão da Teach for America atuante no país, para formar professores em cinco semanas, sendo uma delas a distância, em um curso de verão em janeiro de 2018, com o compromisso de ficar no posto por dois anos. Enquanto isso, relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) também divulgado em setembro aponta que, em 2015, mais da metade dos adultos brasileiros com idade entre 25 e 64 anos não tinham acesso ao ensino médio e 17% da população sequer tinham concluído o ensino básico. Os números estão muito abaixo da média dos países da OCDE, que têm 22% de adultos que não chegaram ao ensino médio e 2% que não concluíram o básico.

Transformar essa realidade seria uma das principais metas das políticas públicas para a educação brasileira discutidas nos últimos anos, mas o PNE 2014-2024, que completou três anos em junho, tornou-se inexecutável, entre outras questões, pela aprovação da Emenda à Constituição (EC) 95, que limitou, pelos próximos 20 anos, o aumento dos gastos públicos de um ano à inflação do ano anterior, impondo teto aos investimentos e provocando impactos danosos a áreas prioritárias e direitos básicos, como educação, saúde, assistência social e demais setores primários do governo federal. Contudo, não é somente pela falta de recursos que o Plano Nacional de Educação, pelo qual tanto lutamos, tem se tornado letra morta. A dissolução do FNE feita em abril deste ano, quando o Ministério da Educação excluiu arbitrariamente da composição do fórum várias entidades históricas do campo — entre as quais a Contee —, representou uma ruptura com quaisquer políticas públicas para a educação baseadas no diálogo com a sociedade civil e o movimento educacional.

No caso a Contee, a exclusão significou a eliminação do debate da única entidade nacional representante dos trabalhadores do setor privado de ensino e pioneira na denúncia e no combate à mercantilização da educação. Além disso, também foram excluídas a Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Universidades Brasileiras (Fasubra) e a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação), eliminando qualquer representatividade do ensino superior, justamente o setor no qual a financeirização, oligopolização e desnacionalização da educação é mais escancarada, bem como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Paralelamente a isso, o ministério abriu caminho para uma presença patronal enfática no colegiado, com a representação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Sistema S, por exemplo. Essa presença é sintomática de um processo de privatização que se apropria com cada vez mais avidez também da educação básica, conforme a Contee alertou, em 2015, no seminário internacional “Os diferentes modos de privatização da educação no mundo e as estratégias globais e locais de enfrentamento”, que levou à publicação o livro “O capital global na educação brasileira”, lançado durante o 9º Conatee. E, neste último período, percebe-se que a sanha privatista tem avançado, de forma avassaladora, sobre o ensino médio, caminho que é ainda mais escancarado pela própria reforma promovida a toque de caixa, por meio de medida provisória, pelo governo Temer. E um dos maiores interessados nisso é justamente o Sistema S, que acaba de ganhar assento do FNE.

Além disso, com um possível esgotamento das fusões no ensino superior, a educação básica, dentro da rede municipal e estadual, tem sido assediada com ainda maior frequência por grandes grupos de capital financeiro, que vendem seus materiais e projetos político-pedagógicos. Isso sem falar na compra de vagas ociosas em creches e uma série de outras questões que acirram o processo de privatização e/ou de gestão privada dentro da educação infantil e da educação básica públicas.

Sobre o FNE e arbitrariedade do MEC, a resposta foi dada à altura, com a saída, do FNE, da Contee e de mais 19 entidades, que fundaram o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e imediatamente lançaram a convocatória da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), que será realizada em abril de 2018 como um espaço de resistência ao desmanche das políticas educacionais e a inviabilização e instrumentalização da Conae promovidas pelo MEC. Tanto FNPE quanto Conape têm se fortalecido desde então com a adesão de outras entidades e de diversos fóruns estaduais e educação, um grande avanço no fortalecimento desse espaço democrático, consolidando a Conferência Popular para além das entidades que lhe deram início e levando para estados e municípios a pauta da exigência de cumprimento daquilo que não tem sido feito em razão do desmonte da Conae 2018 promovido pelo MEC e de todos os ataques ao setor.

A instituição do FNPE e a convocação da Conape, guardadas as devidas proporções e peculiaridades, encontra eco na luta em defesa da educação compreendida décadas atrás. Durante os 21 anos de ditadura civil-militar no

país, de 1964 a 1985, a educação brasileira sofreu sérios prejuízos provocados pelo autoritarismo, pela perseguição e pela centralização do poder e das decisões, bem como pelo crescimento do setor privado, particularmente no ensino superior, e por reformas autoritárias que, como a do ensino médio, não representaram nenhum avanço para a educação. O controle da administração universitária, a prisão e o exílio de professores, a perseguição a estudantes, o comprometimento da qualidade da educação pública aliado à ruptura de um modelo econômico de distribuição de renda atrelada ao arrocho salarial, a perda de qualidade na formação dos educadores e a mudança curricular, com a retirada de disciplinas cruciais para o desenvolvimento da reflexão crítica foram alguns dos graves problemas enfrentados. Na ocasião, o Brasil vivia um regime que não demorou a se dar conta do papel estratégico da educação tanto em termos econômicos quanto político-ideológicos e, por isso, tratou de afastar o perigo valendo-se de supostas reformas em todos os níveis de ensino, os quais foram reformulados em prol de uma concepção educacional tecnicista, utilitarista, instrumental e pretensamente “neutra”. A semelhança com o período atual não é mera coincidência.

A bandeira da redemocratização do país agregava a redemocratização da própria educação. Se, no aspecto macropolítico, a primeira metade da década de 1980 foi marcada pela consolidação de espaços de interlocução de sujeitos coletivos no combate à ditadura, no campo educacional, entidades representativas de educadores, pesquisadores e estudantes se organizaram ou se reconstruíram na luta para que a restauração da ordem democrática se desse também nas políticas públicas para o setor de educação. Foram essas entidades e movimentos que, já na segunda metade dos anos 80, durante a Constituinte, dedicaram-se a assegurar, na Carta Magna brasileira, a educação como um dos pilares da nova República, dever do Estado e da família e direito de cada cidadão.

Nessa época e, posteriormente, na década de 1990, destacaram-se as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs) — cujos temas foram “A política educacional” (1980), “Educação: perspectiva na democratização da sociedade” (1982), “Da crítica às propostas de ação” (1984), “A educação e a Constituinte” (1986), “A Lei de Diretrizes e Bases da Educação” (1988) e “Política Nacional de Educação” (1991) — e os Congressos Nacionais de Educação (Coneds) — com as temáticas “Educação, democracia e qualidade social” (1996), “Plano Nacional de Educação” (1997), “Reafirmando a Educação como direito de todos e dever do Estado” (1999), “Garantir direitos, verbas públicas e vida digna: uma

outra educação é possível” (2002) e “Educação não é mercadoria” (2004).

CEBs e Coneds se configuraram nos primeiros espaços de discussão de propostas e de experiências concretas de participação popular nos rumos das políticas educacionais, apesar do desafio imposto pelo avanço do neoliberalismo, só detido no início do século XXI, com as eleições de 2002. Paralelamente a eles, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, nascido no esteio da Constituinte e compreendido como um espaço próprio de reunião das entidades e demais atores do campo educacional, assumiu o papel de articulador das reivindicações da sociedade civil e interlocução com o poder público. A atuação, nesses espaços, é que garantiu a formulação de um PNE da sociedade e do projeto de Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Foram esses espaços também os germes da 1ª Conferência Nacional de Educação, realizada em 2010. Depois dessa conferência, a mais ampla realizada no Brasil — porque contou com todos os sujeitos ligados à educação, tanto do governo e do Parlamento quanto das entidades e movimentos sociais, além dos conselhos estaduais, municipais e nacional —, conseguimos construir o Fórum Nacional de Educação, que era uma bandeira de luta desde 1946.

Claro que a política neoliberal impingiu perdas tanto no primeiro PNE — tendo sido derrotada a proposta da sociedade — quanto na LDB. Demandas históricas, desde a Constituinte, ficaram de fora, como a regulamentação da educação privada sob as mesmas exigências legais aplicadas à escola pública, bem como a própria instituição de um Sistema Nacional de Educação que considera, como se deve, que o setor privado de ensino é integrante do sistema público, subordinando-se, em consequência, às normas comuns que lhe são próprias. Em outras palavras, a compreensão de que a iniciativa privada não é um sistema, mas um setor pertencente ao sistema público cuja autonomia, como tal, é relativa aos padrões de autorização e de qualidade fixados pelo poder público.

Este era justamente o principal desafio que se colocava para a Conae/2018, sob o tema “A consolidação do Sistema Nacional de Educação (SNE) e o Plano Nacional de Educação (PNE): monitoramento, avaliação e proposição de políticas para a garantia do direito à educação de qualidade social, pública, gratuita e laica”. Agora, face à desmoralização do governo golpista, o desmantelamento do FNE e o esvaziamento do debate da Conae com a sociedade civil, a Conape é uma resposta e uma demonstração de resistência das entidades e organizações do campo educacional e de todos

os que defendem a educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Resposta nascida, aliás, antes mesmo da dissolução do FNE, semeada ainda anteriormente ao golpe que destituiu a presidenta Dilma, quando, por iniciativa da Contee, foi realizado um encontro nacional com todas as entidades nacionais e movimentos sociais ligados à educação, a partir do qual foi criado o Comitê Nacional da Educação Contra o Golpe, em Defesa da Democracia, Fora Temer, Nenhum Direito a Menos! — mais tarde transformado no Comitê Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública —, do qual nossa Confederação foi e é protagonista.

É fato que a educação brasileira tem vivido, há alguns anos, uma crise ampla, por diversas razões: a não implementação do SNE; a construção, pelo neoliberalismo, de uma realidade de desvalorização dos trabalhadores da educação e do conhecimento; o não acompanhamento, pelas escolas, do desenvolvimento no campo do saber e das novas exigências e comportamentos vividos pela infância e pela juventude. O ensino superior, de sua parte, continua a sofrer, cada vez mais, com os processos de mercantilização, financeirização e oligopolização, e com a desarticulação entre ensino, pesquisa e extensão, muitas vezes com o rebaixamento e/ou total anulação da pesquisa, numa lógica na qual a finalidade do curso universitário passa a ser apenas a certificação — em boa parte, sem garantia de qualificação — e não o saber. Já nos ensinos fundamental e médio, além do mencionado avanço da privatização mercantil, cada vez mais explícito, sobre a educação básica, é patente seu deslocamento e seu desfoque no que tange a uma nova pedagogia e uma nova concepção de escola, tendo se tornado locais de mero acúmulo de informações e preparação para processos seletivos. Vale reiterar que, longe de apontar soluções, a reforma do ensino médio de Temer só faz aprofundar essas distorções.

Diante desse cenário e de todas as resoluções que já defendemos no Conatee, incluídas sob nossas bandeiras amplas de defesa da escola pública e da regulamentação do setor privado, nossa participação na Conape e no FNPE é uma das principais ações de transformação, resistência e enfrentamento. Nesse sentido, temos como bandeiras:

- o fortalecimento da Conape e do FNPE;
- o combate às reformas educacionais do governo golpista, incluindo a reforma do ensino médio e a proposta de BNCC apresentada pelo MEC, a qual desconsidera a participação social e a defesa de um currículo debatido de forma ampla com toda a sociedade;

- o enfrentamento ao avanço da educação na Organização Mundial do Comércio (OMC);
- a luta contra a privatização da educação pública e contra a gestão privada da educação pública;
- a batalha contra a legalização da educação a distância no ensino básico;
- a exigência da concretização das metas do PNE;
- a derrubada da EC 95, que trata do teto dos gastos públicos, a qual inviabilizou o PNE e todas as políticas públicas de educação.

Nossa unidade com o movimento educacional também é imprescindível para enfrentar os ataques e manter um projeto de educação realmente democrática, transformadora e cidadã.

Madalena Guasco Peixoto e Adércia Hostin dos Santos

GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: CONSTRUINDO A UNIDADE E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES

Por Maria Clotilde Lemos Petta*

*“Na falta de uma sentinela para nos alertar que os bárbaros estão tomando conta, resta confiar no nosso instinto.”
(Luiz Fernando Veríssimo).*

O Conselho Sindical da Contee realiza-se numa conjuntura internacional marcada por conflitos geopolíticos internacionais, guerras, instabilidade, imprevisibilidade, conflitos étnicos e recrudescimento de todas as formas de violência. Em plena segunda década do século XXI, assistimos à emergência de forças reacionárias e fascistas e ao aumento de manifestações racistas, homofóbicas, xenófobas e de intolerância religiosa. A trágica situação dos refugiados do Oriente Médio e África constitui um verdadeiro genocídio. A degradação continuada da humanidade é tão profunda que nos faz lembrar a célebre frase atribuída a Rosa Luxemburgo, “Socialismo ou Barbárie”.

Essa situação internacional deve ser compreendida na sua vinculação à crise atual, decorrente das contradições capitalistas. Essa crise tem caráter universal; é global, multifacetada e afeta todas as esferas da sociedade. Como uma crise civilizacional é contínua e profunda, atingindo de forma destrutiva os direitos (saúde, educação, trabalho, cultura) e as bases da vida (a terra, a água, os alimentos, o ar, etc.) (Mészáros,2010).

O processo de re-estruturação produtiva em curso, interagindo com a crise e ofensiva neoliberal, resulta na precarização crescente do trabalho. Os governos da maioria dos países, sob o comando do grande capital monopolista-financeiro, aplicam ajustes neoliberais que tem implicações devastadoras para as soberanias nacionais e os direitos dos trabalhadores. Em decorrência provocam o desmantelamento da educação pública, levando ao rebaixamento da qualidade da educação e a precarização das condições de trabalho e salário dos trabalhadores da educação, reforçando um fenômeno perverso da desprofissionalização docente.

A formação de grandes conglomerados educacionais transnacionais e o

desenvolvimento de acordos comerciais internacionais, sob a hegemonia dos EUA, inserem a educação como serviço-mercadoria, institucionalizando o padrão mercantil na educação. Esse processo atinge a soberania e o projeto democrático dos países, estabelece a possibilidade da predominância entre culturas, aprofundando a desigualdade social e o predomínio das grandes potências sobre os demais países periféricos.

Nesse contexto, os avanços da denominada quarta revolução industrial ou da indústria 4.0 (inteligência artificial, robótica, internet, veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia e outras inovações), que potencialmente poderiam ser utilizados para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, são incorporados de forma a liquidar milhões de empregos.

Verifica-se em escala mundial uma crescente concentração de renda e empobrecimento acelerado das maiorias. O relatório anual da Oxfam, em 2016, revelou que as 62 pessoas mais ricas do mundo acumulavam em suas mãos uma riqueza equivalente à dos 50% mais pobres. Essa brutal concentração de riqueza cada vez maior numa minoria da população mundial atesta a incapacidade do capitalismo do século XXI de resolver os principais problemas humanos.

Nesse contexto de ofensiva do capital contra o trabalho, acentua-se a luta de classes no plano mundial. O desafio colocado para o sindicalismo classista é contribuir para a mais ampla unidade das forças progressistas na resistência em defesa dos direitos dos trabalhadores, em defesa da paz, de uma nova ordem internacional de respeito ao direito a autodeterminação dos povos e soberania nacional.

A ofensiva imperialista, o colonialismo do século XXI

A nova configuração geopolítica mundial, resultado da vertiginosa ascensão econômica da China, da emergência da Rússia e organização do Brics, acentua as contradições interimperialistas e o declínio relativo da superpotência estadunidense.

No entanto, o imperialismo norte-americano continua mantendo sua capacidade de ação militar, com as suas bases navais aéreas e forças terrestres em todos os continentes. Com as novas tecnologias, suas intervenções são cada vez mais baseadas em atentados cometidos por mísseis “drones” e meios eletrônicos e informáticos. Um novo campo de batalha surge com ataques virtuais no

chamado ciberespaço, numa postura de afronta à soberania dos países.

A postura belicista no Oriente Médio e a interferência nos golpes, destituindo governos legitimamente eleitos na América Latina, são reveladoras de que essa política é cada vez mais agressiva e adquire um caráter de neocolonialismo do século XXI.

Para o historiador marxista Perry Anderson, os EUA já não contam com a hegemonia absoluta que vivenciaram após o fim da URSS, mas continuam a predominar graças ao controle da economia que mantêm e às novas armas de alta tecnologia que estão desenvolvendo. No terreno militar, os EUA têm uma superioridade estratégica absoluta em armas de destruição em massa. Com a erosão do arsenal nuclear russo e as imensas limitações militares dos chineses, os EUA não estão longe de uma capacidade de primeiro ataque que poderia acabar com as duas potências sem temer uma retaliação. Demonstração de que o TNP (Tratado de Não Proliferação Nuclear) só serve para os outros (Perry Anderson, 2015).

No entanto, em que pese o fato de os EUA continuarem a desfrutar de uma superioridade absoluta em todas as dimensões de poder — militar, econômica, tecnológica, cultural, a sociedade norte-americana vive uma profunda crise social. Nesse contexto de crise, está a eleição de uma figura grotesca como Trump, que de início causou perplexidade e dúvidas a respeito do seu significado, mas que hoje não apresenta mais dúvidas: Trump representa o sistema, é a face da reação do grande capital e do imperialismo à crise do capitalismo. Sua estreia na Assembleia Geral das Nações (19/09/2017) foi emblemática nesse sentido. Segundo analistas internacionais, em seu discurso, quando apela para a retórica do “cachorro louco” e a reativação do “eixo do mal”, imita presidentes anteriores, mas que nunca ousaram fazer ameaças com armas atômicas no principal fórum de diplomacia internacional. No discurso, ameaçou “destruir totalmente” a Coreia do Norte e usou grande parte de seu discurso para ameaçar Teerã, Caracas, Havana, Damasco, facções terroristas e governos que os apoiam. Trump ainda indicou que pode quebrar o acordo sobre o programa nuclear com o Irã.

Resistência na América Latina e no Caribe

A unidade e a integração política, econômica, social e cultural da América Latina e do Caribe, além de uma aspiração histórica, constitui hoje uma necessidade

para enfrentar com sucesso os desafios colocados pela globalização neoliberal e a atual crise econômica e financeira internacional. Entre outros fatores, a crescente privatização e financeirização da educação, em curso, coloca grandes entraves para a concretização de um projeto de educação latino-americana e caribenha, comprometida com o desenvolvimento soberano, sustentável e de integração do continente.

Neste início do século XXI tem continuidade a política externa dos EUA em relação à América Latina adotada pelos sucessivos governos norte-americanos desde o início do século passado. Segundo a professora Cristina Soreanu, a eleição de governos progressistas na América Latina provoca impactos significativos na definição de novas estratégias de ação norte-americanas. Soreanu considera: “em sua maioria, as políticas norte-americanas demonstram-se reativas a eventos no hemisfério de caráter regional e extrarregional que ofereçam alternativas a sua hegemonia ou representem ameaça a seus interesses. As políticas direcionam-se no sentido de preservar a zona de influência do país na região, nos moldes conhecidos pela Doutrina Monroe (1823)”. Soreanu destaca também que o petróleo do pré-sal é de particular interesse para os EUA não somente pela riqueza que representa, mas também pela questão estratégica, pois pode significar alterações nas relações de poder entre os países da região.

Nesse cenário, segundo a professora “o foco passa a ser a preservação do poder da liderança dos EUA na América Latina e o reposicionamento estratégico nas regiões da América do Sul e do Atlântico Sul, por meio da militarização”. A reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul, o aumento de investimentos nos comando militares, instalação de bases militares, são iniciativas nessa direção.

Nesse contexto, verifica-se uma ofensiva para liquidar as conquistas realizadas nos países em que foram eleitos governos progressistas que assumiram posições mais altivas em relação ao imperialismo norte-americano. Os golpes de Estado consumados no Haiti (2004), em Honduras (2009), no Paraguai (2012) e no Brasil (2016) devem ser compreendidos nesse contexto de ofensiva da onda conservadora neoliberal que assola o mundo e a América Latina.

No caso da Venezuela, um golpe de Estado patrocinado pelo governo dos EUA e pelas forças políticas de direita está em pleno desenvolvimento. Medidas para desestabilização econômica, sabotagem, desabastecimento, ações terroristas são patrocinados por grupos que recebem dinheiro e apoio externo dos EUA. Neste momento, as manobras militares do exército norte-americano na região amazônica próxima da Venezuela representa uma grande ameaça

não somente para a Venezuela, mas para toda a América Latina. Um grande risco é um tipo de “guerra do Vietnã” em continente sul-americano, já que, apesar da crise econômica, o nível de conscientização do povo e o controle das forças armadas preparam o país para a resistência contra uma invasão imperialista.

Esse quadro coloca novos desafios para as organizações sindicais da América Latina e do Caribe, que precisam atuar de forma articulada em torno de agendas unitárias na defesa de uma inserção ativa da região em relação aos EUA e da consolidação de projetos nacionais soberanos e democráticos.

Essas novas formas de atuação do capital exigem novas estratégias de resistência contra a ofensiva neoliberal na educação. É preciso desenvolver ações locais, nas instituições de ensino superior e nos espaços institucionais do Parlamento e dos governos, e ações globais, nas organizações internacionais e regionais, de enfrentamento ao comércio educativo e em defesa da cooperação solidária entre as universidades do continente.

Nessa perspectiva, destaca-se a participação protagonista dos trabalhadores em educação nos espaços da sociedade civil ou participação cidadã em organizações internacionais e regionais multilaterais, a exemplo da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Essas ações, inseridas no movimento mais amplo dos trabalhadores e estudantes na defesa da integração da América Latina e do Caribe, assumem papel estratégico no combate à mercantilização da educação e no desenvolvimento soberano de todo o continente.

É preciso também fortalecer organizações e iniciativas que unifiquem as lutas do conjunto dos movimentos sociais, em torno de uma plataforma comum antineoliberal e anti-imperialista, a exemplo da Confederação Educadores Americanos (CEA), do Encontro Sindical Nossa América (Esna), da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) e da Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo.

A Contee tem desenvolvido uma política de relações internacionais, compreendendo que, no contexto de acirramento das agressões imperialistas contra os povos, a defesa da soberania dos países, da paz e do desenvolvimento para todos os povos é decisiva na construção de uma nova correlação de forças no plano regional e internacional e uma nova ordem mundial mais justa.

Nesse sentido, a Contee busca ocupar papel protagonista na construção da

unidade entre as organizações sindicais dos trabalhadores em educação do continente. O que está em jogo é a defesa dos interesses dos trabalhadores, a educação pública, a defesa da soberania dos países, a paz e o desenvolvimento para todos os povos e para a América Latina. Essas são questões decisivas, que devem pautar com prioridade as ações dos sindicalistas classistas.

Referências:

ANDERSON, Perry. *A política externa americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.

CAMBESES JR., Manuel. “Tio Sam” e a política do Big Stick em Escola Superior de Guerra – Wikipédia.

Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. Coord. Emir Sader e Ivana Jinkings. Laboratório de Políticas Públicas. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PECEQUILO, Cristina Soreanu¹. Os EUA, Barack Obama e a América Latina. *Revista Princípios*, n.122, dez. 2012/ jan. 2013. Editora e Livraria Anita Ltda.

***Maria Clotilde Lemos Petta é vice-presidente da CEA, coordenadora da Secretaria de Relações Internacionais da Contee e diretora do Sinpro Campinas e Região**

¹ Cristina Soreanu Pecequillo é professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), autora de “Os Estados Unidos e o século XXI” — Campus Elsevier, 2012.

Ações nacionais

1 — Fortalecer as entidades nacionais — centrais sindicais — como articuladoras da luta dos trabalhadores dos diversos ramos e a Contee como articuladora da luta dos trabalhadores (as) da educação.

2 — Dia 10 de novembro — Dia nacional de paralisação, luta e denúncia da reforma trabalhista. A Contee organizará suas entidades para a paralisação.

3 — Participar nas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e atuar na campanha eleitoral para a eleição de candidatos do campo dos trabalhadores.

4 — Lutar contra a reforma da Previdência.

5 — Participar das iniciativas das centrais de resistência ao entulho golpista, na defesa da democracia, contra a privatização do patrimônio público, por reforma tributária progressiva, reforma política e defesa da Constituição.

6 — Reforçar as campanhas Outubro Rosa (câncer de mama) e Novembro Azul (câncer de próstata).

7 — Lutar contra o pacote de privatizações do governo golpista (Eletrobrás, Petrobrás, Portos, aeroportos, Casa da Moeda etc.).

8 — Divulgar e fortalecer o ato de 3 de outubro no Rio de Janeiro em Defesa da Petrobrás e da Soberania Nacional, que deve ser realizado também em outras capitais e cidades, incorporando a denúncia e a luta contra a privatização da Eletrobrás.

9 — Preparar uma greve geral no momento em que a PEC 287 (Previdência) for pautada para a votação na Câmara dos Deputados.

10 — Lutar pela revogação da PEC 95 (Teto dos Gastos).

11 — Lutar contra a perseguição judicial ao ex-presidente Lula: eleição sem Lula é fraude.

12 — Fortalecer o trabalho de formação — inserindo o conteúdo de luta de classes e da luta pelo socialismo.

13 — Defender a radicalização da democracia, devolvendo ao povo o poder de decisão sobre as ações do Estado.

Cenário internacional

1 — Solidarizar-se com a Venezuela, contra as sanções econômicas e as ameaças de intervenção militar do governo Trump (EUA) e governo a seu serviço — como o governo golpista do Brasil — e defender o direito do povo venezuelano de decidir seu próprio destino, sem ingerência externa. A Contee integrará, no Brasil, o Comitê pela Paz na Venezuela, juntamente com outros setores, e apoiará iniciativas continentais e internacionais que tenham o mesmo sentido.

2 — Reforçar a defesa da soberania dos países, da paz e do desenvolvimento para todos os povos, na construção de uma correlação de forças no plano regional e internacional para uma ordem social mais justa.

3 — Participar do Encontro da Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, em Montevideu (16 a 18 de novembro), convocada pela Confederação Sindical das Américas.

4 — Apoiar a 9ª Conferência Mundial Aberta (CMA) de Argel, contra a guerra e a exploração, de 8 a 10 de dezembro de 2017, na Argélia.

5 — Apoiar a luta do povo da Palestina.

Campanhas e comunicação

1 — Desenvolver campanha de sindicalização da Contee para as entidades filiadas — fortalecimento das entidades e da Contee na base.

2 — Desenvolver Campanha nacional de reivindicação de resistência e luta.

3 — Participar da campanha de Educação da reforma trabalhista.

4 — Promover ações de comunicação unificadas nacionalmente.

5 — Orientar as entidades a lançarem campanhas nos estados e municípios; realizar o lançamento em todas as regiões do país da campanha da Contee contra a desprofissionalização do professor.

6 — Desenvolver campanha pela revogação/anulação da contrarreforma trabalhista (Lei 13.476) e da lei 13.429 das terceirizações, através da coleta de assinaturas num projeto de lei de iniciativa popular a ser encaminhado à Câmara dos Deputados em parceria com as centrais sindicais, movimentos

sociais e partidos políticos. Protocolar no Congresso o Pliip, estabelecendo metas por entidade filiada.

Organização sindical

1 — Debater a organização por local de trabalho, traçando orientações de como a implementar.

2 — Estudar e aprofundar a compreensão sobre organização sindical.

3 — Estruturar a cobrança da Contribuição Sindical sonegada.

4 — Instalar observatório de denúncia contra irregularidades praticadas pelos estabelecimentos de ensino.

5 — Atuar nas diversas frentes de cobrança e denúncia com ênfase na saúde do trabalhador.

6 — Realizar o seminário “Campanha Salarial reivindicatória na atualidade”, dia 23 de novembro de 2017.

7 — Discutir, no seminário, a unificação da data-base das entidades filiadas.

8 — Criar procedimento, ou tecnologia, para que os sindicatos compartilhem as suas ações de sindicalização e estratégias de manutenção dos sindicalizados atuais.

9 — Aprimorar mecanismo de denúncia e pressão contra os empregadores que implementem mecanismos da reforma trabalhista ou práticas antissindicais.

10 — Defender as Convenções Coletivas de Trabalho e direitos nelas consagrados. Não aceitar as quitações de contratos, não abrir mão das homologações, inserir dispositivos que inviabilizem a implementação do fim dos direitos trabalhistas. Defender a contribuição assistencial como elemento da vontade coletiva e da solidariedade de classe, reflexo da nossa atividade sindical extensiva a toda categoria.

11 — Realizar campanha nacional de valorização dos sindicatos e de sindicalização; aprimorar a comunicação com os trabalhadores; desenvolver políticas de gestão e sustentação financeira das entidades; desenvolver políticas de maior organização de base e otimização de estruturas e políticas coletivamente definidas.

12 — Realizar uma reunião de Plena ampliada, em fevereiro de 2018, para discutir e deliberar sobre organização sindical e sustentação financeira.

Questões jurídicas

- 1 — Assegurar conquistas anteriores (dos sindicatos e da Contee).
- 2 — Orientar as entidades sobre as questões relacionadas à revisão homologatória depois da reforma trabalhista
- 3 — Propor plano de cargos e salários dos técnicos e administrativos.
- 4 — Defender a Justiça do Trabalho, juntamente com a Anamatra e MPT.
- 5 — Realizar seminário jurídico “Negociação Coletiva e assistência sindical na atualidade”, dia 22 de novembro de 2017.

Educação

- 1 — Fortalecer a Conape e o FNPE.
- 2 — Combater as reformas educacionais do governo golpista, incluindo a reforma do ensino médio e a proposta do BNCC apresentada pelo MEC, e considerar a participação social e a defesa de um currículo debatido de forma ampla com toda sociedade.
- 3 — Enfrentar o avanço da educação na Organização Mundial do Comércio (OMC), questão novamente colocada pela portaria 963 do Ministério da Educação golpista.
- 4 — Lutar contra a privatização da educação pública e contra a gestão privada da educação pública.
- 5 — Lutar contra a legalização da educação a distância no ensino básico, instituída pela portaria editada pelo Ministério da Educação golpista.
- 6 — Derrubar a PEC 95, que trata do teto dos gastos públicos, que inviabilizou o PNE e todas as políticas públicas de educação.
- 7 — Revogar a reforma do ensino médio e garantir a efetiva implementação do PNE aprovado.

8 — Sobre a hora tecnológica, lutar pela remuneração pelo trabalho que está sendo agregado à atividade docente: disponibilização de conteúdo e atividades em plataformas, interação on-line com alunos e coordenação; participação de fóruns etc.

9 — Repudiar o desmonte, que expressa o caráter antidemocrático do governo golpista, do Fórum Nacional de Educação.

NOTA DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA E DE SOLIDARIEDADE AO PT DE FLORIANÓPOLIS —————

Um homem munido de um facão invadiu, na noite de 29 de setembro, a sede do Partido dos Trabalhadores de Florianópolis, capital catarinense, feriu dois dirigentes do partido e destruiu equipamentos e computadores.

Trata-se de mais uma ação decorrente do ódio que as classes dominantes e sua mídia promovem contra o PT e os setores democráticos e progressistas que querem construir um país livre, soberano, com desenvolvimento econômico inclusivo. É também resultado da omissão criminosa dos órgãos de segurança diante das inúmeras e crescentes agressões e provocações realizadas pelos setores de direita, encorajados com o beneplácito da impunidade.

A Contee se solidariza com o PT de Florianópolis e as vítimas do agressor, repudia as ações violentas e iradas que vêm se multiplicando e exige a punição dos delinquentes que são os seus autores.

Brasília, 1º de outubro de 2017

Contee

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE E APOIO À OCUPAÇÃO DE DIREITO A MORADIA DO POVO SEM MEDO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO —————

Os (as) representantes do XIX Consind da Contee — Conselho Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, reunidos entre os dias 29 de setembro e 1º de outubro de 2017, manifestam sua solidariedade e integral apoio ao povo sem medo de São Bernardo e à ocupação ao terreno que se encontrava abandonado há 40 anos sem cumprir sua função social. Essa ação foi coordenada pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) que hoje conta com quase dez mil pessoas cadastradas.

Brasília, 01 de outubro de 2017.

MOÇÃO DE AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS DOS (AS) TRABALHADORES (AS) COM DEFICIÊNCIA

Reunidos em Brasília, de 29 de setembro a 1º de outubro de 2017, no XIX Conselho Sindical (Consind), reafirmamos nosso compromisso com a luta por nenhum direito a menos e para derrotar o golpe de Temer, incluindo as lutas da pessoa com deficiência. Nós, trabalhadores e trabalhadoras com deficiência da Contee, entendemos que:

O golpe atinge a classe trabalhadora em seu conjunto — mulheres, negros e negras, jovens, LGBTQs, povos indígenas e pessoas com deficiência, que são os segmentos mais prejudicados pelos golpistas. O aumento do desemprego, a redução dos salários e a piora nas condições de trabalho atingem mais intensamente os setores mais vulnerabilizados da classe trabalhadora.

Combatemos o ataque ao direito à aposentadoria por idade das pessoas com deficiência. Na proposta dos golpistas, o tempo de contribuição passa de 15 para 20 anos. Se a comprovação de 15 anos contribuindo ao INSS na condição de pessoa com deficiência já é extremamente difícil, com os 20 anos é impraticável.

Combatemos a alteração na concessão do Benefício de Prestação Continuada, com sua desvinculação do salário mínimo, e a consequente redução do valor do benefício, bem como a restrição do acesso ao benefício pelos idosos, por meio do aumento da idade mínima, de 65, para 68 anos.

Lutamos pela revogação da Lei de Terceirização, que inviabiliza a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, uma vez que as empresas terceirizadas com menos de 100 empregados não terão a obrigatoriedade de contratação de pessoas com deficiência pela lei de cotas, restringindo ainda mais o direito ao trabalho. Se hoje as pessoas com deficiência incluídas no mercado formal de trabalho não representam sequer 1% dos empregos formais, com a terceirização teremos um nível ainda menor.

Não admitimos o ataque aos direitos estabelecidos no Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI), que ainda passa por processo de regulamentação. Há dois anos, desde a sanção presidencial, vem se consolidando uma nova conceituação, uma nova forma de entender e considerar as pessoas com deficiência. A LBI determina que a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar,

mas está sob o ataque de conservadores que querem a volta do conceito de deficiência como doença e defendem a competência exclusiva de médicos para a avaliação e definição do que é deficiência e seu grau. Os golpistas não aceitam a conceituação atual e querem manter as pessoas com deficiência como objeto da medicina e não como sujeitos sociais e com direitos. Direito é bom: nós gostamos e lutamos por ele!

Conclamamos os trabalhadores e trabalhadoras com deficiência a concretizar o plano de lutas da Contee, com ênfase na anulação da antirreforma trabalhista, pela retirada da proposta de antirreforma da Previdência e contra as privatizações. Convocamos todos e todas a se engajarem nas mobilizações, com a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, para defender os direitos dos trabalhadores e derrotar o golpe.

Somos fortes, somos Contee!

Nenhum direito a menos!

Fora Temer!

Brasilia, 1º de outubro de 2017.

Contee

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENADOR-GERAL
GILSON LUIZ REIS

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA-GERAL E VICE-COORDENADORA
MADALENA GUASCO PEIXOTO

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS
JOSÉ DE RIBAMAR VIRGOLINO BARROSO

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ALAN FRANCISCO DE CARVALHO

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FORMAÇÃO
LYGIA MARIA BAPTISTA CARRETEIRO

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS
JONAS RODRIGUES DE PAULA

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL
OSWALDO LUIS CORDEIRO TELES

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
NARA TEIXEIRA DE SOUZA

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS
ADÉRCIA BEZERRA HOSTIN DOS SANTOS

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E
BANCOS DE DADOS
FÁBIO EDUARDO ZAMBON

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
JOÃO BATISTA DA SILVEIRA

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
RODRIGO PEREIRA DE PAULA

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE DEFESA DE
DIREITOS DE GÊNERO E LGBTT
GISELE VARGAS

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MARIA CLOTILDE LEMOS PETTA

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS SINDICAIS
MANOEL HENRIQUE DA SILVA FILHO

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE PREVIDENCIA, APOSENTADOS E
PENSIONISTAS
ADEMAR SGARBOSSA

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE DOS TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO
EDER OCIMAR SCHUINSEKEL

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, RESPEITO
ÀS ETNIAS E COMBATE AO RACISMO
DÉCIO BRAGA DE SOUZA

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS SINDICAIS PARA
JUVENTUDE
ROBSON RODRIGUES CÂMARA

DIRETORIA PLENA
AFONSO CELSO TEIXEIRA
AILTON FERNANDES
ALLYSSON QUEIROZ MUSTAFA
AMARILDO PEDRO CENCI

ANDRÉ LUIZ GIUDICISSI CUNHA
ÂNGELO LACERDA ROCHA
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA
APARECIDA DE OLIVEIRA PINTO
CARLOS ROBERTO DOS PASSOS
CARLOS VIRGÍLIO BORGES
CELSO WOYCIECHOWSKI
CLAUDIO EDUARDO DOS SANTOS
CLÁUDIO JORGE
CRISTIANO LEON MARTINS
CRISTINA DE CASTRO
DHELLIANE CHRISTINA ROMANINI DO PRADO
EDSON DE PAULA LIMA
EDSON GOMES SOARES
FREDERICO LUIZ MARMO FADINI
GERALDO PROFÍRIO PESSOA
GUILHERMINA LUZIA DA ROCHA
JOÃO JORGE DE ARAÚJO ARMÊNIO
JOÃO MARQUES DA FONSECA FILHO
JOSÉ CARLOS MONTEIRO
JOSÉ CARLOS PADILHA ARÊAS
JOSÉ NIVALDO CARDOSO MOTA
JOSÉ TADEU R DE ALMEIDA
JULIANO PAVESI PEIXOTO
KLÉBER IBIAPINA GOMES
LEANDRO CARNEIRO BATISTA
NADIA MARIA FARIAS VAZ
NIVALDO PINTO FERREIRA
PAULO CÉSAR LOPES DA SILVA
RAFAEL PEREIRA FIERI
RITA DE CASSIA FRAGA PINTO DE ALMEIDA
SÉRGIO ROBERTO SCHEFFER
VALDIR GRANIEL KINN

SUPLENTE

AROLDI DIVINO DOS SANTOS
ARTHUR CAUDURO

DANIEL VIEIRA SEBASTIANI
EDSON OLIVEIRA SANTOS
EDUARDO ASSIS FONSECA BOTELHO
EDUARDO TOSHIO NAGAO
ELAINE AVELAR MALAGOLI PAULINO
ÉRICA CALENTE DE BRITO SCHEIDEGGER
FRANCISCO DAS CHAGAS MELO DOS SANTOS
GEORGINA FLORES GIORDANI
JANE ACÁCIA HERTAL BECKER
JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA CALMETO
JOSÉ ISAIAS VENERA
LEONARDO DA SILVA DOS SANTOS BASTOS
LINDOLPHO GADELHA SOBRINHO
LOURIVALDO ROHLING SCHULTER
LUIS JORGE LOBÃO BORGES
MARA KITAMURA
MARCELO AMORIM DE MOURA
MARGOT JOHANNA CAPELA ANDRAS
MAURÍCIO ROGÉRIO SERRÃO SILVA
ODAIR LANZONI
PEDRO RAFAEL MACHADO DE GODOI GARCIA
RICARDO MARTINEZ FROES
ROGERLAN AUGUSTA DE MORAIS
SALOMÃO DE CASTRO FARIAS
UDERSON MENEGUITE RIBEIRO
VANESSA CARINI CHAVES
VERA LÚCIA FERREIRA BRANDÃO
VERA LÚCIA RIBEIRO FELIX
VÍTOR ANDRADE
VIVIANE FERRAZ BORGES FERNANDES DA SILVA
WALLACE DE MELO G BARBOSA
WELLINGTON TEIXEIRA GOMES

CONSELHO FISCAL EFETIVOS

ANTÔNIO CARLOS MORAIS PENELA
IDENES DE JESUS SOUSA CRUZ
JOSÉ LUIS MIRANDA ANTUNES

SUPLENTE

CÉSAR GOMES ARAÚJO

LUIZ FERNANDO BRANCO LEMOS

MARIA DA CONCEIÇÃO MIRA CAVALERO MONTEIRO



contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino

www.contee.org.br



@paginadacontee



@_contee



tvconteeonline